

RÔMULO CRISTIANO COUTINHO DA SILVA

Mestre em Direito Tributário pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). MBA em Gestão Tributária na Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI (2017). Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET (2013). Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (2011). Professor do MBA da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI. Membro do Comitê Acadêmico do curso de especialização em Direito Tributário (pós-graduação lato sensu) do Instituto Brasileiro de Direito Tributário – IBDT. Advogado.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E SEGURANÇA JURÍDICA

SÉRIE DOCTRINA TRIBUTÁRIA VOL. XXVII



RÔMULO CRISTIANO COUTINHO DA SILVA

Planejamento Tributário e Segurança Jurídica

São Paulo: Quartier Latin, 2019.

ISBN 85-7674-972-6

1. Direito Tributário. 2. Planejamento Tributário.

3. Segurança Jurídica. I. Título

Editor

Vinicius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Anderson dos Santos Pinto

Revisão gramatical

José Ubiratan Ferraz Bueno

Capa

Anderson dos Santos Pinto

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815;

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: quartierlatin@globo.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Apresentação por Karem Jureidini Dias	11
Prefácio por Paulo Ayres Barreto	17

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS, 23

I. Por que segurança jurídica no planejamento tributário?	25
II. Aproximação do objeto	40
III. Plano de estudo	43

CAPÍTULO I

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO, QUALIFICAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS, INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DA NORMA TRIBUTÁRIA, 45

1.1. Sistema normativo e norma jurídica	47
1.2. Qualificação dos negócios jurídicos, interpretação e aplicação da norma tributária	52
1.3. A relação entre o Direito Tributário e o Direito Privado	61
1.4. Consideração econômica, interpretação econômica e analogia	70
1.5. Elisão tributária, evasão fiscal e elusão tributária (<i>tertium genus?</i>)	79

CAPÍTULO II

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E AS FIGURAS DO DIREITO CIVIL, 85

2.1. Simulação, dissimulação e causa do negócio jurídico	87
2.2. Negócio jurídico indireto	102
2.3. Fraude à lei	108
2.4. Abuso de direito, abuso das formas e propósito negocial	116

CAPÍTULO III
SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO BRASILEIRO E
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO, 127

3.1. Repartição de competências tributárias impositivas na Constituição Federal de 1988	129
3.1.1. Discriminação das competências tributárias por tipos ou conceitos constitucionais?	134
3.1.2. Construção de sentido dos conceitos constitucionais, mutação e segurança jurídica	141
3.2. Planejamento tributário e as regras e princípios à luz do sistema constitucional brasileiro	150
3.2.1. A força e os efeitos das regras	159
3.2.2. Legalidade tributária, liberdade e livre iniciativa	166
3.2.3. Capacidade contributiva, isonomia tributária e solidariedade social	176

CAPÍTULO IV
SEGURANÇA JURÍDICA E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO, 189

4.1. Significação de segurança jurídica	192
4.2. Fundamentos	202
4.2.1. Fundamentos diretos	203
4.2.2. Fundamentos indiretos por dedução	206
4.2.3. Fundamentos indiretos por indução	215
4.2.4. Breves conclusões acerca dos fundamentos	226
4.3. Conteúdo	228
4.3.1. Dimensão estática: cognoscibilidade	232
4.3.2. Dimensão dinâmica: confiabilidade e calculabilidade	238
4.3.3. Breves conclusões acerca do conteúdo	257
4.4. Notas acerca da eficácia da segurança jurídica no contexto do planejamento tributário	259
4.4.1. “Ágio interno” à luz da legalidade tributária, da igualdade e da segurança jurídica anteriormente à Lei nº 12.973/14	265

4.4.2. “Ágio interno” na Lei nº 12.973/14 e lei meramente interpretativa.....	273
4.4.3. A simulação como verniz para a aplicação da doutrina do propósito negocial	275

CAPÍTULO V

SEGURANÇA JURÍDICA E OS LIMITES À REQUALIFICAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PELAS AUTORIDADES ADMINISTRATIVAS À LUZ DA TEORIA DAS PROVAS, 281

5.1. O parágrafo único do artigo 116 do Código Tributário Nacional.....	283
5.1.1. Limites à interpretação do parágrafo único do artigo 116 do CTN.....	292
5.2. Algumas considerações acerca das teorias da verdade	295
5.3. Limites à requalificação dos negócios jurídicos pelo Fisco à luz da teoria das provas	299
5.4. Multa qualificada na requalificação de atos e negócios jurídicos pela fiscalização, planejamento tributário e segurança jurídica	302

CONCLUSÕES, 311

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 329